

Declaração Final do XIV Encontro Cívico Ibero-Americano 2023

7 e 8 de fevereiro de 2023 Assembleia da Extremadura, Mérida, Espanha

Este documento foi elaborado a partir do diálogo gerado no XIV Encontro Cívico Ibero-Americano, realizado em Mérida, Espanha, nos dias 7 e 8 de fevereiro de 2023.

Este diálogo retoma a longa história de trabalho realizado nas diferentes reuniões preparatórias, nas reuniões cívicas e nas reuniões da sociedade civil com ministérios e altas autoridades. Uma história que mostra um processo contínuo para promover a abertura de espaços cívicos na região, em um contexto desafiador, onde a qualidade democrática e as possibilidades de participação e Co construção de políticas públicas e efetivação de direitos junto aos Estados vêm sendo restringidas.

Nos reunimos pessoalmente 34 pessoas, de redes e plataformas de 19 países, representando mais de 2.600 organizações que atuam na ibero américa e conhecem de primeira mão a realidade de muitas pessoas que nem sempre têm a oportunidade de se fazer ouvir.

O mundo e nossa região atravessam enormes desafios que só podem ser enfrentados se os diferentes atores -políticos, econômicos e sociais- assumirem um papel ativo e tiverem as condições adequadas para poder contribuir a partir da diversidade.

A região ibero-americana possui muitas riquezas e recursos essenciais para a vida, como água, produção de oxigênio e biodiversidade; tem uma enorme capacidade de produção de alimentos e ainda assim continua sendo a região mais desigual do mundo, especialmente a América Latina e o Caribe.

Após quase três anos de pandemia global, as desigualdades que nossos povos vivenciam foram expostas. A pobreza não para de crescer e continua tendo rosto de menina, de menino, de mulher em toda a sua diversidade, de afrodescendentes e de populações nativas. Violência de gênero, violência e abuso sexual de meninas, meninos e adolescentes também foram expostos. Ficaram evidentes as lacunas no acesso à saúde pública -começamos a ver os impactos na saúde mental, especialmente para meninas, meninos, adolescentes, jovens e pessoas com deficiência-. Nesta época, onde as tecnologias de informação e comunicação eram fundamentais, pudemos perceber as dificuldades e lacunas no acesso às tecnologias. Por outro lado, os direitos de indivíduos, organizações e movimentos no ambiente digital estão em risco; portanto, é necessário que o espaço cívico digital seja preservado e fortalecido.

Vemos com preocupação a violação sistemática de nossos direitos, as lacunas nos sistemas que deveriam protegê-los e a fragilidade dos mecanismos de participação cidadã. Estamos profundamente preocupados com o aumento significativo da repressão e perseguição de organizações da sociedade civil, bem como de jornalistas e defensores dos direitos humanos e do meio ambiente.

Estamos atentos ao crescimento contínuo de movimentos ultraconservadores e antipolíticos como um perigo real para a consolidação do espaço cívico que construímos juntos.

Precisamos retomar a ideia de um novo pacto social, que implique uma nova forma de relacionamento humano onde a justiça social, econômica, financeira, ambiental, racial, de gênero e geracional seja a prioridade. A igualdade de direitos deve ser um eixo central da governança na região.

Por várias Cúpulas Ibero-Americanas de Chefes de Estado e de Governo, ainda não conseguimos nos reunir no país sede da Cúpula. Isso é algo incompreensível e injustificável. A possibilidade de participar do diálogo político interacional é essencial para a construção e fortalecimento das democracias na região.

Apesar disso, nos comprometemos a aprofundar e fomentar o diálogo com nossos Estados, aportar o conhecimento das organizações sobre os temas que nos preocupam, aprofundar nossas alianças como organizações e conseguir contribuições construtivas, desde uma perspectiva crítica. A sociedade civil deve ser atuante, respeitada e valorizada em todos os países porque, como temos feito historicamente, a sociedade civil é aliada dos governos para a construção de sociedades mais justas.

Recomendações

A sociedade civil reunida no XIV Encontro Cívico apresenta as seguintes recomendações aos governos da região ibero-americana.

- Fortalecer o estado de direito e a democracia com uma abordagem baseada em direitos. O respeito pela soberania dos povos deve ser garantido.
- Reassumir o compromisso de promover a Agenda 2030 como norteador das políticas públicas de nossos países.
- Garantir financiamento para o desenvolvimento sustentável com inclusão social e ambiental, incluindo o papel das organizações da sociedade civil.
- Garantir os direitos e liberdades de reunião, associação e expressão. Acabar com a criminalização da sociedade civil; garantir espaços de participação cidadã. Criar as condições políticas, sociais, jurídicas, econômicas e financeiras para que a sociedade civil organizada atue em condições de autonomia e como ator de pleno direito, reconhecendo sua diversidade de atuação e objetivos, bem como os diferentes papéis que desempenha.

- Estabelecer mecanismos de participação e diálogo de forma estruturada, institucionalizada, inclusiva e acessível, garantindo a transparência dos processos e o acesso a toda a informação relevante.
- Fortalecer as estratégias de cooperação Sul-Sul, valorizando a rica experiência de trabalho para o desenvolvimento da região.
- Assegurar a participação das organizações sociais na concepção, implementação e avaliação das políticas públicas. (As organizações complementam o trabalho do Estado, nunca procuramos substituí-lo).

Em relação com os eixos priorizados na XXVIII Cúpula Ibero-Americana a ser realizada na República Dominicana em março, recomendamos:

- Desenhar políticas que garantam o acesso universal às tecnologias a partir de um enfoque de justiça digital e entendida como um direito humano. Investimento em infraestrutura, equipamentos e capacitação permanente são prioridades para que toda a população participe ativamente. Além disso, a proteção dos direitos no campo digital deve ser assegurada.
- Garantir a igualdade de gênero -no exercício dos direitos, na igualdade de oportunidades e nas responsabilidades no desempenho das tarefas domésticas e de cuidado-. Assegurar a garantia de direitos da população LGTBIQ+.
- Reafirmar os princípios estabelecidos na Convenção das Nações Unidas sobre os direitos das pessoas com deficiência, defendendo a construção de sociedades mais inclusivas.
- Fazer esforços especiais para integrar a educação para a cidadania global e a participação nos currículos acadêmicos de nossas crianças e adolescentes.
- Cumprir os princípios do direito internacional, especialmente no âmbito da COP 27 e do acordo de Escazú. Alinhar investimentos e ações econômicas com as prioridades de mitigação, adaptação às mudanças climáticas e conservação da biodiversidade. Tudo isso sabendo que sem justiça social não haverá justiça ambiental nem garantia de direitos.
- Envolver e respeitar o papel e conhecimento das populações nativas e habitantes dos ecossistemas em termos de regeneração e sustentabilidade.
- Respeitar e fortalecer a soberania alimentar dos povos da Ibero-América; reconhecer os direitos das mulheres rurais. É fundamental garantir aos sem-terra e aos pequenos agricultores o acesso à terra, água, sementes e recursos produtivos; eles também devem ter uma oferta adequada de serviços públicos
- Construir uma nova arquitetura financeira ibero-americana, elaborada sob a ótica dos direitos humanos, que priorize a vida sobre os interesses do mercado. Desenvolver sistemas tributários progressivos, justos e transparentes que

reforcem a capacidade do investimento público para enfrentar crises econômicas, sanitárias e sociais. Além disso, deve-se estimular maior transparência na gestão dos recursos públicos, no controle da dívida externa e na renegociação de prazos e taxas de pagamento. Da mesma forma, deve-se garantir a colaboração dos Estados, do setor privado, da sociedade civil e da cooperação internacional para prevenir e eliminar práticas usurárias que afetam as pessoas mais vulneráveis.

- Criar mecanismos que facilitem ao setor bancário e financeiro a conceção de respostas rápidas, adequadas e burocráticas que permitam o acesso ao financiamento a indivíduos e famílias vulneráveis, micro e pequenas empresas.

Por outro lado, exortamos os governos ibero-americanos a mandar a SEGIB para que cumpra um papel de promoção e acompanhamento das recomendações emanadas da sociedade civil. Com vista à realização da próxima Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo no Equador, em 2024, consideramos necessário que a sociedade civil celebre presencialmente o Encontro Cívico Ibero-Americano no país organizador, e que este tenha representação direta na cúpula.

Estamos em um mundo em mudança onde se observa uma tríplice transição: ambiental, digital e socioeconômica. As transições verde e digital devem ser acompanhadas por uma transformação econômica que garanta o fechamento de brechas estruturais e a renovação do pacto social. As transições devem ser justas e as estratégias políticas que as acompanham devem reconhecer que haverá vencedores - que devem contribuir mais - e perdedores - que deverão ser compensados e protegidos.

Como diz o Popol-Vuh, "que todos (e todas) se levantem, que ninguém fique para trás".

Agradecemos à Cidade de Mérida, à Junta de Extremadura, à Assembleia de Extremadura, Avante Extremadura, Fundação Academia Europeia e Ibero-Americana de Yuste, AECID, SEGIB e ao Secretário Pro Tempore da República Dominicana pelo apoio prestado na organização do XIV Encontro Cívico Ibero-Americano.

ABONG; Aliança dos Jovens com Trabalho Digno; Aliança de ONGs; CNA; ANONG; Bloco pela infância

– Chile; CCONG; CIVICUS; Coordenadora de ONGD Espanha; ; Coordenadora da Extremadura de ONGs;

Diálogos Nacionais; EAPN Espanha; Foro Latino-americano y Caribenho de Juventudes (FLACJ); Fundação Esplai Cidadania Comprometida; Fundação Triângulo; FUNDHEX; Fórum Nacional de la Joventut d'Andorra; INIBEDI; La Liga Ibero-americana; Movimento Tzuk-Kim Pop/AOED; Mesa de Articulação; MODES; Plataforma Portuguesa de ONGD; Plataforma do Terceiro Sector Extremadura; Oikos - Cooperação e Desenvolvimento; Pojoaju, Asociación de ONGDs del Paraguay; Rede Encontro; FEBRAEDA - IPHAC - Instituto Promover; Sinergia; Union Latino-americana de Cegos (ULAC); UNITAS